

HABEAS CORPUS Nº 510.293 - SC (2019/0138229-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
TAUSER XIMENES FARIAS - BA040882
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FELIPE PANDOLFI (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. FURTO. ATIPICIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REITERAÇÃO DELITIVA. DIVERSAS CONDENAÇÕES. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO.

Writ não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Felipe Pandolfi**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Os autos dão conta de que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 155, *caput*, do Código Penal (fls. 56/57 – Processo n. 0007598-43.2016.8.24.0020).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, tendo o Tribunal de Justiça denegado a ordem (fls. 121/125).

Daí a presente impetração, em que se alega, em síntese, a atipicidade material da conduta atribuída ao paciente, com base no princípio da insignificância – subtração de uma garrafa de *whisky* e outra de *vodka*, avaliadas, respectivamente, em R\$ 23,90 (vinte e três reais e noventa centavos) e R\$ 109,90 (cento e nove reais e noventa centavos).

Postula-se, então, liminarmente, o trancamento da Ação Penal n. 0007598-43.2016.8.24.0020. No mérito, requer-se seja definitivamente concedida a ordem, a fim de que se reconheça a ilegalidade da prisão preventiva com a consequente

revogação, ou, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas (fl. 9).

Aqui, a liminar foi indeferida às fls. 231/232.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, em parecer assim ementado (fls. 239/244):

HABEAS CORPUS. FURTO. ARTIGO 155, CAPUT. CÓDIGO PENAL TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO DELITIVA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

1. Trata-se de réu contumaz na prática de crimes patrimoniais e tráfico de drogas, o que demonstra o seu desprezo sistemático pelo cumprimento do ordenamento jurídico, de modo a afastar o juízo quanto à insignificância da conduta.

2. A decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública, destacando-se a gravidade concreta do delito e a periculosidade social do agente envolvido, bem demonstradas pelas circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos e pelos motivos que os determinaram.

3. Parecer pela denegação da ordem de *habeas corpus*.

Em consulta realizada no portal eletrônico do Tribunal local acerca do andamento processual, em 11/6/2019, foi possível constatar a designação da data de 23/7/2019 para realização da audiência de instrução e julgamento.

É o relatório.

A ilegalidade passível de justificar a impetração do *habeas corpus* deve ser manifesta, de constatação evidente, o que, na espécie, não ocorre.

De início, verifica-se, da análise dos autos, que o acórdão impugnado considerou que a tese da atipicidade da conduta pelo reconhecimento do princípio da insignificância requer o prosseguimento da instrução criminal, com a devida análise de provas, que deve ser feita pelo Magistrado de primeiro grau. O Tribunal estadual não tratou da questão, o que impede sua análise neste *writ*, sob pena de supressão de instância. Confirmam-se, nesse particular, trechos do voto condutor (fl. 125 – grifo nosso):

[...]

Na hipótese, embora o valor não seja considerado de elevada monta, a aferição do princípio da insignificância, frisa-se, demanda a análise de outros critérios, notadamente a relevância penal do delito, a periculosidade do agente, as circunstâncias da conduta e a necessidade de prevenção social.

Essas condições, contudo, somente poderão ser melhores aferidas após a devida instrução processual, em exame de cognição exauriente, sendo, inviável, portanto, por meio desta via.

Com efeito, *não é possível a esta Corte debruçar-se sobre tema não enfrentado pela Corte local, sob o risco de supressão de instância* (HC n. 388.225/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 4/4/2017).

Ademais, como bem anotado pelo Subprocurador-Geral da República Paulo Eduardo Bueno (fl. 242 – grifo nosso):

No caso dos autos, consta da Certidão de Antecedentes Criminais, às fls. 193/195, que **o paciente possui diversas condenações pela prática de crime contra o patrimônio e por tráfico de drogas, inclusive praticou os fatos em análise durante cumprimento de pena.**

Dessa forma, não há espaço para a aplicação do princípio almejado e para o trancamento da ação penal, sobretudo pela reiteração delitiva do ora paciente em crimes contra o patrimônio, o que denota ausência do reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente e justifica a atividade punitiva do Estado.

In casu, conforme destacado pelo parecerista, o ora paciente possui diversas anotações criminais, circunstância que configura a reiteração criminosa e impede, à primeira vista, a aplicação do mencionado princípio. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. VÁRIOS PROCESSOS EM CURSO. REITERAÇÃO CRIMINOSA ESPECÍFICA. BAGATELA. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em reduzido grau de reprovabilidade no comportamento do agente que responde a vários processos criminais por crime da mesma natureza (contra o patrimônio), circunstância que configura a reiteração criminosa e impede a aplicação do princípio da insignificância.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 1.394.000/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 30/4/2019)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 155 DO CP. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. REINCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO

1. A Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento dos EAREsp n. 221.999/RS, firmou a orientação de que "a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável".

2. Não foram delineadas, no acórdão proferido pelo Tribunal de origem, particularidades que transpareçam que a aplicação do dito princípio seja socialmente recomendável, o que obsta a sua incidência.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 1.257.697/GO, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 5/11/2018)

E, por fim, colaciono ainda recentes julgados de ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REITERAÇÃO DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) examinar a questão de direito discutida na impetração.

2. Em se tratando de crime de furto, a aplicação do princípio da insignificância deve ser casuística, incumbindo ao Juízo de origem avaliar, no caso concreto, a melhor forma de assegurar a aplicação do princípio constitucional da individualização da pena, examinando a possibilidade da incidência do privilégio previsto no art. 155, § 2º, do Código Penal, ou do reconhecimento da atipicidade da conduta, com fundamento no princípio da bagatela (HCs 123.734, 123.533 e 123.108, Rel. Min. Luís Roberto Barroso).

3. O entendimento do STF é firme no sentido de que o princípio da insignificância incide quando presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: (i) mínima ofensividade da conduta do agente, (ii) nenhuma periculosidade social da ação; (iii) grau reduzido de reprovabilidade do comportamento; (iv) inexpressividade da lesão jurídica provocada, ressaltando, ainda, que a contumácia na prática delitiva impede a aplicação do princípio.

4. Hipótese de paciente contumaz na prática delitiva, tendo em vista que "possui contra si uma condenação por crime de roubo e outras duas por porte de arma. Registra, ainda, outras passagens por crime de ameaça, lesões corporais e porte de droga. Junto a isso, responde a processo por crime de tráfico de entorpecentes", o que impossibilita o reconhecimento do princípio da insignificância.

5. Agravo regimental não provido.

(AgR no HC n. 119.844, Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 6/8/2018 – grifo nosso)

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. FURTO. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE ANTECEDENTES A DEMONSTRAR A CONTUMÁCIA DELITIVA: PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA.

1. O Paciente foi denunciado pelo furto de dois rolos de tela de arame galvanizado avaliados em R\$140,00 (cento e quarenta reais), valor superior a 22% do salário mínimo vigente à época dos fatos. Lesividade evidenciada. Contumácia delitiva constatada.

2. O criminoso contumaz, mesmo praticando crimes de pequena monta, não pode ser tratado pelo sistema penal como se tivesse adotado condutas irrelevantes, pois crimes considerados ínfimos quando analisados isoladamente, mas relevantes quando em conjunto, seriam transformados pelo infrator em ilícito meio de vida.

3. O princípio da insignificância não foi formulado para resguardar e legitimar constantes condutas juridicamente desvirtuadas, mas para impedir que desvios de conduta de mínima ofensividade, considerados isoladamente, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo insignificantes, quando constantes, devido à reprovabilidade, perdem a condição de configurar bagatela, devendo ser submetidos ao direito penal.

4. Ordem denegada.

(HC n. 133.252, Ministra Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 8/4/2016)

Diante do exposto, **não conheço** deste *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator